



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA- UNILAB
UNIAFRO - Política de Igualdade Racial EAD**

Silvia Monteiro da Costa

**INTOLERÂNCIA AS RELIGIÕES DE ORIGEM AFRICANA E SUA RELAÇÃO COM
A ESCOLA**

Redenção – CE

2016

SILVIA MONTEIRO DA COSTA

**INTOLERÂNCIA AS RELIGIÕES DE ORIGEM AFRICANA E SUA RELAÇÃO COM
A ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

- C87i Costa, Silvia Monteiro da.
Intolerância as religiões de origem africana e sua relação com a escola. / Silvia Monteiro da Costa. – Redenção, 2016.
35 f.: il.; 30 cm.
Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.
Inclui anexos e referências.
1. Cultos afro-brasileiros. 2. Intolerância religiosa. I. Título.

CDD 299.6

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pelo dom da vida, meu guia e conforto nas horas de angústia. Dedico também aos meus pais Raimundo Pereira e Antônia Monteiro, pelos conselhos, incentivos e por serem exemplo de vida. Enfim, dedico a todas as pessoas que sempre estiveram ao meu lado pelos caminhos da vida, me acompanhando, apoiando e principalmente acreditando em mim.

AGRADECIMENTOS

Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui, mesmo sabendo que ainda não cheguei ao fim da estrada, mas há ainda uma longa jornada pela frente.

Grata a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito. Mesmo sem merecer, Deus tem me presenteado todos os dias, cursar esta especialização foi um presente incrível! Deus também colocou pessoas maravilhosas da minha vida. Agradeço aos meus pais, Antônia e Raimundo, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto.

Aos meus irmãos Silvio Monteiro, Adriano Monteiro, Amanda Monteiro e Nayra Monteiro, que em nossa convivência diária, sempre estiveram ao meu lado, lutando junto comigo.

Ao meu querido marido João Paulo, por compreender as horas em que estive ausente, durante o curso e principalmente no período da pesquisa. Sempre contribuindo da melhor forma possível, para a idealização e conclusão do curso de Especialização.

A professora Jacqueline Britto Pólvora orientadora da Metodologia de Pesquisa, por todo apoio e atenção durante o curso, dedicando o seu tempo, mesmo a distância para me orientar neste trabalho. E ao Professor Dr. Carlos Subuhana, pela dedicação e paciência nas orientações.

“A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento – que balizam a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.” (Émile Durkheim)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal, avaliar por meio de uma pesquisa realizada com dez professores que atuam na Rede Municipal de Ensino do Município de Acarape, estão capacitados para promover o respeito à diversidade religiosa e, especialmente, às religiões afro-brasileiras. O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro intitulado Apontamentos sobre racismo, discriminação e preconceito no Brasil, procuro fazer um breve painel sobre a história do preconceito em nosso país. No segundo capítulo denominado as religiões afro-brasileiras e sua relação com a escola, procuro analisar o estado em que se encontra a promoção do respeito à diversidade religiosa e as lutas para efetivação no ambiente escolar de propostas de respeito a esta diversidade. Já o terceiro capítulo, uma investigação com dez professoras da rede municipal de ensino, no qual exponho e analiso os dados coletados na pesquisa realizada junto a dez professoras que lecionam na Rede Municipal de ensino no município de Acarape. Apesar da diminuta repercussão deste trabalho, espero estar contribuindo para que outros estudos sejam realizados neste sentido e que tudo isto resulte no que todos aqueles que desejam uma sociedade melhor objetivam a igualdade e o respeito.

Palavras – chave: Religiões afro-brasileiras - Intolerância religiosa - Educação.

ABSTRACT

This paper aims to evaluate through a survey of ten teachers working in the Municipal Network Municipality of Acarape of education, they are able to promote respect for religious diversity and especially the african-Brazilian religions. This work is divided into three chapters. In the first titled Notes on racism, discrimination and prejudice in Brazil, I try to make a brief panel on the history of prejudice in our country. In the second chapter called the african-Brazilian religions and their relationship with the school, I try to analyze the state that is the promotion of respect for religious diversity and fight for execution at school proposals respect this diversity. The third chapter, an investigation with ten teachers of municipal schools, which expound and analyze the data collected in the survey of ten teachers who teach in educational Municipal Network in the municipality of Acarape. Despite the diminished impact of this work, I hope to be contributing to other researches in this direction and all this results in that all those who want a better society aimed equality and respect.

Key - words: african-Brazilian religions - religious intolerance - Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: APONTAMENTOS SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NO BRASIL.....	13
CAPÍTULO II: AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA.....	16
CAPÍTULO III: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito se tem discutido na sociedade brasileira sobre a necessidade desta mesma sociedade encarar de frente um dos seus principais problemas: o preconceito racial. Fruto de ampla mobilização que teve a frente o movimento negro a partir da década de oitenta do século XX, a luta antirracista alcança hoje níveis nunca antes conseguidos na nossa sociedade. Sendo uma das principais preocupações governamentais gera políticas públicas de combate ao racismo e de compensação para os afrodescendentes como, por exemplo: as cotas para negros em algumas universidades; políticas de saúde pública direcionadas para este segmento da população; estatuto da igualdade racial, entre outras.

Este trabalho tem como objetivo principal avaliar se professores da Rede Municipal de Ensino do município de Acarape, estão capacitados para promover o respeito à diversidade religiosa e, especialmente, às religiões afro-brasileiras.

O material aqui analisado foi coletado através do método qualitativo - a observação direta e participante - se fez presente durante a pesquisa. Projetamos quatro etapas de trabalho, sendo a primeira uma revisão bibliográfica, a segunda, a construção dos elementos de pesquisa (pesquisa de campo), a terceira, a análise do material coletado e a quarta a redação do trabalho final.

Para isto, foi realizada uma breve pesquisa com dez professoras da rede municipal de Ensino de Acarape, a respeito das religiões de matrizes africanas e uma discussão, com o objetivo de entender a trajetória delas na história do país. Também foi realizado uma análise do papel da educação na superação da intolerância e na construção de uma sociedade de respeito à diversidade, principalmente a diversidade religiosa.

Para realizar um breve diagnóstico de como estas questões estão sendo tratadas nas escolas em que essas dez professoras trabalham, foram aplicados questionários, com dez professoras da referida rede de ensino, sendo que os resultados estão no decorrer deste trabalho.

Me proponho a realizar esta pesquisa com o objetivo de avaliar se os dez entrevistados, da rede municipal de Acarape, estão preparados para proporcionar um ambiente de respeito religioso nas suas salas de aula principalmente no que se refere às religiões Afro-brasileiras.

Para nortear esta pesquisa elaborei o seguinte problema: os professores da rede municipal de ensino estão preparados para criar um ambiente de respeito à religiosidade de matriz africana?

O objetivo geral, portanto, é demonstrar se os dez professores entrevistados da rede Municipal de Acarape, estão preparados para criar um ambiente de respeito à religiosidade afro-brasileira.

Somos educadores responsáveis por toda mediação do processo através do diálogo e articulação junto aos nossos alunos. A educação passa por mudanças bastante consideráveis e nesse contexto está inserido o Ensino Religioso que é de uma complexidade intensa no espaço escolar, pois, infelizmente ainda tem um grande número de profissionais que desconhecem, que desvalorizam, tratam com a falta de respeito ou até mesmo com amadorismo que se torna inconsequente. Para isso precisamos do diálogo, pois convivemos com pessoas que não são ignorantes absolutas. Já dizia Freire que:

Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (1987, p. 81).

Em se tratando das religiões Afro-brasileiras, por exemplo, o Candomblé e a Umbanda ainda perceberam que os adeptos dessas religiões de matriz africana no país, em geral a população negra no mundo sofrem com esse mal terrível na humanidade que é o preconceito, a intolerância e o desrespeito por parte de outros segmentos religiosos. Durkheim (1989, p.31) afirma que:

Não há, pois, no fundo religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira: todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana. Na verdade, não é impossível

dispô-las segundo ordem hierárquica. Umas podem ser ditas superiores às outras, pelo fato de colocarem em jogo funções mentais mais elevadas; são mais ricas de ideias e sentimentos, integram mais conceitos, menos sensações e imagens, e sua sistematização é mais erudita.

Fico pensando como é doloroso que em pleno século XXI, o racismo e o preconceito étnico e cultural ainda nos permeiam tão fortemente, principalmente em relação a essas religiões que para muitos não é considerada como religião e sim como seita ou culto de minoria ainda não evoluída, que sofrem ataques incabíveis como religiões demoníacas, relacionadas com o mal.

Assistimos os meios de comunicação veiculando programas e conteúdos em que a crença e a cultura espiritual de origem afro, são alvo de acusações desumanas. São invasões, agressões físicas, destruição de templos, terreiros, símbolos religiosos. É uma falta de respeito para com o outro. São demonstrações que mostram que a intolerância religiosa provoca exatamente o contrário do que toda religião busca: a unidade.

CAPÍTULO I: APONTAMENTOS SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO NO BRASIL

Compreender as relações estabelecidas no interior da sociedade brasileira é importante, para que se possamos entender as desigualdades raciais e sociais do Brasil. Assim, o ponto inicial desta desigualdade parece estar sedimentado nos estereótipos socialmente construídos sobre o negro escravizado. Estas imagens negativas foram se constituindo com tal força que se formou ao longo dos anos um fosso considerável de desigualdade entre a população negra e a população branca.

As práticas de discriminação disseminadas pelos professores, os livros didáticos, e meios de comunicação nem sempre são detectadas pelas crianças negras, as mais visíveis para elas são as em que o preconceito aparece mais concreto, nas quais as ações do racismo são imediatas. “Penso que a não percepção do racismo por parte das crianças também está ligada às estratégias da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema” (Cavalleiro 2005).

A mesma autora afirma que, [...] “o racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente crianças e adolescentes negros. Mas, para percebê-lo, há a necessidade de um olhar crítico do próprio aluno”.

De fato, o preconceito racial na sala de aula é algo muito frequente se pararmos para observar e, na maioria das vezes, aqueles que deveriam interferir, como professores e pedagogos, não sabem como fazê-lo ou, outras vezes são propagadores deste tipo de atitude, o que reforça e estimula o preconceito ao invés de intervir e combatê-lo.

Neste sentido, é importante lembrar que alguns anos antes da abolição da escravatura a exclusão da população negra adquiria novos contornos legais. Isto se evidenciou num decreto imperial de 1872, que impedia o acesso à educação determinados de grupos tais como: portadores de doença contagiosa, escravos e não vacinados. Este elemento indica o que os últimos anos da escravidão negra representaram para as elites: a necessidade de delimitação de fronteiras onde o discurso eurocêntrico, pautado na superioridade racial, tivesse lugar.

No Brasil, compreender a complexidade da constituição desta sociedade implica levar em conta os níveis de inserção social, pontuar elementos que intensificam as relações entre diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira. Esta tensão é

evidenciada através do preconceito racial, que no Brasil não está pautado na ancestralidade, mas na cor da pele, caracterizando, como ‘preconceito de marca’ diferente dos Estados Unidos, por exemplo, o qual caracteriza o ‘preconceito de origem.

É preciso atentar para o fato de que as políticas afirmativas têm possibilitado um movimento, em que a população afrodescendente brasileira tem se assumido como tal, ou seja, reafirmando a sua negritude, tanto do ponto de vista biológico quanto político. As cotas raciais para alunos negros, assim como a reserva de percentual de vagas em concursos públicos, demonstram o empoderamento deste grupo étnico dentro da sociedade brasileira. Este movimento impulsiona um repensar sobre as relações étnico-raciais no Brasil e desvela uma sociedade que discrimina. Eliane Cavalleiro (2005) afirma que a discriminação:

[...] se evidencia quando em condições sociais dadas, de supostas igualdade entre brancos e negros, se identifica um favorecimento para um determinado grupo nos aspectos social, educacional e profissional. Fato que expressa um processo institucional de exclusão social do grupo, desconsiderando suas habilidades e conhecimentos (p. 26).

Tendo em vista estes elementos, não se pode ignorar que o fim de escravização dos africanos no Brasil trouxe consigo marcas transcendentais às características físicas herdadas geneticamente pela população afrodescendente. O fim da escravização não significou a integração da população negra liberta à sociedade, ao contrário, um histórico de lutas, de reivindicações sociais marca a história do negro no Brasil.

A criação de espaços de luta em favor da igualdade racial no Brasil perpassa os séculos, desde a formação de quilombos (XVI) até a criação de instituições e/ou associações no início do século XX. No início desse século tem-se a criação de diferentes espaços com o objetivo de dar maior visibilidade à população negra. Na década de 1930 e 1940 podemos assinalar, respectivamente, a criação da Frente Negra Brasileira que defendia a educação como caminho para a promoção da igualdade racial no país, e o Teatro Experimental do Negro (TEN) que objetivava inserir no teatro brasileiro o negro como tema, intérprete e criador.

Na década de 1950 surge a Associação Cultural do Negro (ACN) que teve como proposta a construção de uma ideologia para o negro brasileiro. Na década de 1960 e 1970, acontecimentos fora do Brasil como a luta dos negros estadunidenses por direitos civis, as lutas de independência dos países africanos e, internamente, a ditadura militar no Brasil, espalharam a semente da militância negra. Esta é uma reivindicação que adentra o século XXI, em que a inserção da população negra, sobretudo nas esferas educacionais, tem demonstrado que sua permanência é menor em relação à população branca.

Abordar e analisar alguns dados é de extrema relevância, para se analisar de forma crítica a situação da população negra e propor, no campo da educação, ações capazes de demarcar cultural e socialmente espaços de resistência, de reconhecimento e de visibilidade deste grupo, com vistas a assegurar uma sociedade mais equitativa e plural.

CAPÍTULO II: AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

Em paralelo a estas questões, outros movimentos têm ocorrido no campo religioso brasileiro, como o ganho de uma visibilidade inquestionável dos chamados neopentecostais, que tem sido acompanhado, por vezes, de ataques destes às religiões afro-brasileiras, o que inclui, também, a questão da presença da História e Cultura Afro-Brasileira no espaço escolar. Como nos indica Silva (2007, p. 219-220):

Com a recente decisão do Ministério da Educação pela inclusão da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, livros didáticos abordando este assunto começam a ser produzidos. Como as religiões afro-brasileiras são parte desta história e desta cultura, suas características têm sido tratadas de forma não-sectária ou pros elitista, como convém a um material destinado ao ensino laico, humanista e de difusão da tolerância à diversidade cultural.

Entretanto, colocar nos livros escolares as religiões de origem africana ao lado de religiões hegemônicas, como o cristianismo, dando-lhes o mesmo espaço e legitimidade destas últimas, tem gerado, por si só, protestos. Ao abordar nossas origens africanas, para termos que ter muito cuidado não utilizarmos livros que fazem apologia das religiões afro-brasileiras, pois na escola, existe uma diversidade de alunos e conseqüentemente, religiões.

Em sua pesquisa, Bakke (2011) aponta que os livros paradidáticos que realizam um tratamento mais detalhado acerca do universo das religiões afro-brasileiras são justamente aqueles menos utilizados em sala de aula pelos professores, e durante a realização do trabalho de campo de sua pesquisa, no momento em que um professor se propôs a discutir em maior profundidade esta questão, houve protestos por parte de alguns alunos. Como a autora nos afirma:

Ao se decretar uma Lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira foi preciso buscar os conteúdos dessa história, seus símbolos. Nesse cenário, as religiões afro-brasileiras migram para o ambiente escolar como conteúdo de uma herança africana porque em suas constituições históricas, no interior do campo religioso brasileiro, acionaram discursos legitimadores de suas práticas que tocavam a questão identitária, o candomblé como “a África que sobreviveu no Brasil”, e a umbanda “como a expressão religiosa da nação imaginada”

Esse processo de migração, como vimos, não é tranquilo, pelo contrário, acrescenta ao preconceito étnico-racial o elemento de intolerância religiosa, e carrega para a escola os conflitos existentes nesse campo religioso, como as disputas de “pureza” entre candomblé e umbanda, por exemplo. (BAKKE, 2011, p. 205-206, grifo nosso)

A questão das religiões afro-brasileiras torna ainda mais visível o preconceito étnico-racial existente na escola e na sociedade brasileira como um todo. Faz-se necessário compreender a complexa maquinaria presente na realidade escolar. Nesse sentido, a escola em verdade demarca uma continuidade cultural com relação a determinadas classes sociais, mostra-se perspicaz ao demarcar os aspectos conservadores da escola em termos culturais, relevando em termos sociológicos o que já havia sido apregoado por Boas nos Estados Unidos na primeira metade do século XX – isto é, o caráter antidemocrático da escola moderna com relação à diversidade social e cultural.

A escola moderna foi construída em um modelo de homogeneização cultural, e mesmo considerando todas as mudanças e críticas que vêm ocorrendo nas últimas décadas com relação a este modelo, ele ainda se mostra predominante, ocorrendo um processo profundo de invisibilização das identidades religiosas tidas como “não dominantes”, como no caso das religiões afro-brasileiras.

Caputo (2012), em sua pesquisa, aponta para a problemática enfrentada pelas crianças do candomblé no espaço escolar ante ao Ensino Religioso confessional. No levantamento que realizou junto aos professores da rede pública no Rio de Janeiro, a autora indica que parte significativa desconhece a existência de crianças pertencentes a estes credos em suas aulas, e os que sabem evitam falar do candomblé “para não criar conflito”; outros afirmam enfaticamente que os textos trabalhados em sala de aula são a Bíblia e outros textos cristãos, compreendendo ser esta a religião verdadeira.

Estas questões relacionam-se aos próprios limites da escola em lidar com a diversidade cultural, aprofundada pelo processo histórico de construção do racismo em nossa sociedade. A forma como as religiões afro-brasileiras são invisibilizadas no Ensino Religioso são múltiplas, tendo em vista que, “em vários estados o peso católico

se evidencia não na normatização, mas pela presença de suas referências e agentes em posições importantes da estrutura de implementação do ensino religioso.”.

O autor ainda destaca que, em vários Estados, em termos normativos, faz-se referência ao pluralismo e à questão da diversidade, ainda que devamos reafirmar aqui as múltiplas apropriações do conceito de diversidade, muitas vezes esvaziado politicamente ao se reduzir a uma mera tolerância das diferenças.

O que me parece ser uma questão central é que se temos atualmente uma realidade escolar que propicia a elaboração de aulas de Ensino Religioso, por exemplo, que em última instância invisibilizam as identidades das religiões afro-brasileiras, não me parece ser menos verdade que, potencialmente, ante inclusive as mudanças recentes nos dispositivos legais que tocam a Educação Básica e os cursos de formação de professores, estas aulas não possam ser pensadas como importantes espaços para a discussão de História e Cultura Afro-brasileira, e principalmente para o combate ao racismo no Brasil.

A questão da religiosidade mostra-se, portanto, como uma preocupação constante na legislação que vem emergindo no Brasil nos últimos anos em torno da História e Cultura Afro-Brasileira, de um modo tal que não é possível nos furtarmos da discussão em torno da relação entre tais questões e a realidade do Ensino Religioso no Brasil.

Reconhecendo que a lei nº 10.639/03 ainda está em processo de consolidação no Brasil. Pela sua história, complexidade e enraizamento na estrutura da sociedade e no imaginário social brasileiro ela precisa ser entendida e consolidada no conjunto políticas públicas de direito em nosso país.

Como o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira deve envolver toda a Educação Básica e todas as disciplinas – ainda que a lei dê uma especial atenção para Educação Artística, Literatura e História Brasileiras –, mostra-se urgente que os professores atuantes nesse nível de ensino tenham formação para tanto, inicial e continuada, e no caso específico de professores de Ensino Religioso, acredito ser necessário haver uma formação específica, que envolva não apenas conhecimento acerca das mitologias e simbologias do universo religioso dos cultos afro-brasileiros, como também das formas de abordar a questão em salas de aula cada vez mais plurais em

CAPÍTULO III – UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Esta é a parte mais importante deste trabalho monográfico. Aqui está o resultado da pesquisa realizada com dez professoras que lecionam na Rede Municipal de Ensino do município de Acarape.

Os dados colhidos na pesquisa estão expostos na forma de tabelas e gráficos e devidamente analisados, sendo esta ancorada na pesquisa bibliográfica realizada na construção deste trabalho monográfico. Para realização desta pesquisa exploratória foi aplicado um questionário (Anexo 1) com o objetivo de conhecer a opinião das professoras em relação a diversos aspectos relacionados às religiões de matrizes africanas e, especialmente, em relação à condição destas em promover o respeito a estas religiões.

Na primeira questão procuramos avaliar se os professores professavam alguma religião, os entrevistados responderam da seguinte forma:

Pergunta 01- Pertencimento religioso

O resultado chega a nos surpreender um pouco, pois numa população tão religiosa quanto à brasileira, foi encontrado, mesmo numa amostragem reduzida como está, 40% de pessoas que se declaram sem religião empatando com a católica, principal religião praticada no Brasil. Das que declararam pertencer a alguma religião, além das católicas, 20 % se declararam espíritas. Nas próximas análises dos dados obtidos na pesquisa vamos procurar perceber se existem vínculos entre a opção religiosa (ou não) e a posição das entrevistadas em relação à temática desta pesquisa.

Pergunta 02 – Opção religiosa

Procurando avaliar o conhecimento das entrevistadas em relação à diversidade religiosa existente no Brasil e no mundo, perguntamos quais das opções relacionadas eram religiões. Relacionamos dez religiões sendo três vinculadas a matrizes africanas (candomblé, candomblé de caboclo e umbanda), duas vinculadas ao cristianismo (catolicismo e espiritismo), uma de matriz hebraica (judaísmo), uma de origem árabe (islamismo) e três de origem oriental (confucionismo, xintoísmo e zoroastrismo). Além de averiguar o conhecimento das entrevistadas em relação à diversidade cultural,

procuramos, principalmente, avaliar se elas conseguiam identificar as religiões de matrizes africanas. Na pergunta 03 está o resultado da pesquisa em relação a este questionamento, sendo que o resultado final não foi totalizado, pois as entrevistadas podiam mencionar mais de uma opção.

Pergunta 03 - Conhecimento de religiões

Os resultados desta pergunta foram ao encontro do que era esperado. A totalidade das entrevistadas reconheceu o catolicismo como religião, resultado que não surpreendeu, pois é a religião mais praticada no Brasil e durante grande parteda nossa história (colônia e império) foi a religião oficial do país. Em relação ao candomblé, 90% das entrevistadas reconheceram como religião, um resultado expressivo, pois, não muito longe na história, sabia-se da existência do candomblé, mas ele não era considerado religião. Apenas uma entrevistada manteve esta postura. O islamismo e o judaísmo também receberam um alto reconhecimento (90% e 80% respectivamente), talvez resultado da grande exposição destas religiões na mídia. Outra que recebeu um bom índice de reconhecimento foi o espiritismo religião que vem crescendo muito no Brasil.

Porém, o resultado mais expressivo dos dados obtidos com este questionamento foi o baixo índice de reconhecimento da umbanda e do candomblé de caboclo (40% e 30 % respectivamente) como religiões.

Mas em relação ao candomblé de caboclo só podemos relacionar ao desconhecimento em relação às religiões de matrizes. As entrevistadas reconheceram o candomblé como religião, mas não o candomblé de caboclo demonstrando um conhecimento superficial em relação ao universo das religiões afro-brasileiras. Nunca é demais lembrar que o preconceito está vinculado ao desconhecimento. As outras religiões (confucionismo, xintoísmo e zoroastrismo) tiveram um baixo índice de reconhecimento (20% cada uma), sendo este um resultado esperado já que são pouco difundidas no Brasil. Mesmo assim, ficaram muito próximas do candomblé de caboclo o que confirma o que foi afirmado em relação a esta religião.

Pergunta 04 - Ensino religioso nas escolas públicas

Como podemos perceber, a maioria das entrevistadas (70%) é contra a inclusão do ensino religiosos nas escolas públicas, sendo que esta posição das professoras vai de encontro à Lei 9.475/1997 que modificou o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art.1º.O art. 33 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
‘Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
 § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
 § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.’
 Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. (Disponível em: <http://www.adusp.org.br/arquivo/LDB/Lei9475.htm>).

Como pode ser lido, esta lei estabelece a obrigatoriedade da oferta de ensino religioso no ensino fundamental, porém de matrícula facultativa.

Apesar da posição contrária da maioria das professoras, a realidade que se encontra nas escolas públicas é prática diárias impregnadas de sentido religioso, seja as transmitidas culturalmente ou ainda as que acontecem através de práticas rotineiras adotadas nessas escolas como, por exemplo, rezar o “Pai Nosso”.

Outro aspecto significativo é que a totalidade (três) das que responderam favoravelmente a adoção do ensino religioso optaram (numa questão subsequente para as que responderam sim), entre seis alternativas (candomblecista, católica, evangélica, espírita, laico e umbandista), que o ensino religioso fosse laico⁶. Esta contradição, já que o ensino laico é o desvinculado de orientação religiosa, pode ter como motivação o desconhecimento do significado da palavra ou, mais provável, a tentativa de expressar que este ensino deve ser ecumênico, o que ainda demonstra o desconhecimento do significado da palavra ou seu mau uso.

Outro questionamento feito na pesquisa foi se as entrevistadas acreditavam na existência de preconceito religioso na Bahia. Foram os seguintes os resultados:

Pergunta 05- Preconceito religioso

O resultado observado a partir desta questão não poderia ser outro 100% das entrevistadas reconheceram a existência de preconceito religioso na Bahia. Não poderia ser outro pois o preconceito contra religiões de matrizes africanas (outras opções religiosas também sofrem preconceito, mas não tão intenso como o relacionado às religiões afro-brasileiras) está sendo cada vez mais divulgado/denunciado/repudiado pela militância relacionada à defesa das tradições afro-brasileiras.

E esta luta contra o preconceito e contra a discriminação tem conseguido ocupar cada vez mais espaço na sociedade, inclusive na mídia televisiva. Se este aspecto positivo da pesquisa pode ser comemorado como resultado de um processo de conscientização a respeito do racismo existente na nossa sociedade, é, no mínimo, preocupante o cruzamento dos resultados desta questão com os da próxima.

Na questão no 6 foi perguntado o seguinte: Você enxerga a discriminação religiosa como forma de racismo? Os resultados foram os seguintes:

Pergunta 06 - Discriminação religiosa e racismo

Os resultados são bem claros, quase metade (40%) do universo da amostra acredita não haver vinculação entre discriminação religiosa e racismo. Contraditoriamente aos resultados da questão anterior – só para lembrar 100% das entrevistadas afirmaram existir preconceito religioso na Bahia – um grupo significativo não consegue perceber que muito da discriminação religiosa tem forte vinculação com a prática de racismo na sociedade brasileira, principalmente contra as religiões de matrizes africanas.

Percebe-se, então, que esta é uma questão muito complexa e que o muito que foi feito ainda não foi suficiente para termos uma sociedade onde a diversidade cultural, inclusive a religiosa, seja respeitada. A contradição entre as últimas respostas pode ser entendida como efeito do mito da democracia racial que ainda precisa ser desconstruído na nossa sociedade e que, com a sua estratégia de negação do

racismo, termina por impossibilitar a muitos enxergar a existência de discriminação racial no Brasil.

Sabendo que a diversidade cultural afro-brasileira repousa na religiosidade trazida para o Brasil pelos africanos escravizados é que se percebe o quanto é grave a situação, pois a forma preconceituosa com que são tratadas as religiões afro-brasileiras e o não reconhecimento disto pela sociedade impossibilita a plena valorização da cultura afro-brasileira condição essencial para termos uma sociedade que respeite a diversidade cultural. Quando perguntadas o que são religiões de matrizes africanas as entrevistadas responderam corretamente na sua maioria (70%) como pode ser visto na próxima pergunta.

Pergunta 07-Religiões de matrizes africanas

Como pode ser visto, 30% das entrevistadas não conseguiram responder de forma correta, porém quando observamos as respostas dadas pelas professoras percebemos que mesmo as que responderam corretamente têm um conhecimento superficial a respeito. Apenas duas das sete entrevistadas conseguiram fundamentar suas respostas de uma forma mais elaborada, senão vejamos;

- Professora 03: *“Religiões criadas ou reelaboradas no Brasil com fortes traços africanos.”*
- Professora 04: *“São religiões sobre forte influência de matrizes africanas.”*

É possível perceber que mesmo entre as respostas consideradas mais elaboradas, a segunda carece de um maior aprofundamento. Além disso, respostas como estas não foram o padrão, na maioria das vezes as respostas foram pobres e superficiais como as que se segue:

- Professora 06: *“As influenciadas pela cultura africana.”*
- Professora 02: *“Religiões que possuem a origem afro.”*

Esta deficiência de conhecimento das professoras em relação às religiões afro-brasileiras comprometem a ação delas no sentido de proporcionar um ambiente de respeito a estas religiões e pode ser explicada pela falta de capacitação dos professores em relação a esta temática.

Pergunta 08 -Participação em curso de capacitação

Das dez professoras entrevistadas, oito responderam que não participaram de cursos de capacitação que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é uma obrigação dos administradores do sistema de ensino:

Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, *recebam* [grifo meu] formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico racial, mas a lidar positivamente com elas e sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (BRASIL, 2004, p. 17)

Fica claro, portanto, que sem a necessária capacitação os professores não poderão atuar no sentido de modificar a realidade preconceituosa e discriminatória em relação aos grupos étnicos que sofreram com a dominação que se impôs nestas terras após o desembarque dos europeus por aqui e, principalmente, em relação à religiosidade de matriz africana foco principal deste trabalho.

As últimas questões desta pesquisa demonstram bem o que uma capacitação deficiente ou inexistente pode provocar. Quando questionadas se estavam preparadas para promover o respeito às religiões de matrizes africanas nas suas salas de aula, os resultados foram os seguintes:

Pergunta 09- Promoção do respeito às religiões de matrizes africana

Apesar de a maioria afirmar que se sente capaz de promover o respeito às religiões de matrizes africanas nas suas salas de aula, as respostas que justificaram este posicionamento nos levam a duvidar se estas professoras estão realmente preparadas para este fim. Das seis professoras que se declaram preparadas, cinco conseguiram elaborar respostas que se aproximam de uma prática de promoção do respeito às religiões de matrizes africanas, entre elas destaco uma:

- Professora 05: *“Trabalho o continente africano e sua diversidade. Debato com meus alunos que não há religião feia. A prática no candomblé é a do bem, gente ruim existe em qualquer religião.”*

Sabemos que isto é pouco para definir uma prática de promoção do respeito às religiões de matrizes africanas, porém ao observar o questionário como todo é possível perceber que esta professora está num patamar de compreensão superior as outras, pois foi a que também melhor soube definir o que são religiões de matrizes africanas, como pode ser visto acima.

Em relação às outras respostas, três das cinco que conseguiram elaborar respostas condizentes com a posição de sentirem preparadas para a promoção do respeito às religiões de matrizes africanas afirmaram que a discriminação religiosa não se constitui como racismo, duas não souberam definir o que são religiões de matrizes africanas e uma não respondeu o que nos levar a duvidar da sua condição de preparada.

O grupo de professoras que não se consideraram capacitadas para promover o respeito às religiões de matrizes africanas em suas salas de aula apesar de ser minoritário no universo da pesquisa é significativo (40%). Duas delas criticaram a falta de investimento da Rede Municipal de Ensino na capacitação dos professores e duas delas deixaram claro o que esta falta acarreta ao afirmarem que não tem o conhecimento necessário para promover o respeito às religiões afro-brasileiras, uma delas foi bastante contundente ao justificar o seu posicionamento:

- Professora 06: *“A falta de fundamentação teórica. Rebato as manifestações de preconceito em classe, mas isto não é suficiente.”*

Esta posição vai ao encontro do que está afirmado nas *Diretrizes Curriculares*:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. (BRASIL, 2004, p. 15).

A pesquisa realizada me permite afirmar que as professoras entrevistadas da Rede Municipal de Ensino que participaram da pesquisa não estão preparadas para

promover o respeito às religiões de matrizes africanas em suas salas de aula. Isto fica claro no momento que pudemos perceber que a maioria das professoras não conseguiu identificar todas as religiões de matrizes africanas apresentadas no questionário e nem conseguiram dar uma definição mais elaborada em relação a estas.

Além disso, como foi visto anteriormente, quase metade das que responderam o questionário não percebem a relação entre a discriminação religiosa e o racismo, um resultado que se representasse a realidade do corpo docente da Rede Municipal de Ensino demonstraria o quanto esta questão se constitui num problema a ser resolvido na nossa rede de ensino.

Existe da parte de algumas professoras um empenho individual no sentido de se prepararem para este objetivo, mas lhes falta o aprofundamento teórico necessário que só um processo de capacitação através de uma formação continuada pode fornecer. Talvez uma pesquisa com um universo maior que a aqui realizada motive aqueles que administram a educação a investir mais na capacitação de professores nesta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas acerca da questão do Ensino Religioso e as Religiões Afro-Brasileiras tendem a confluir para o reconhecimento dos avanços normativos e práticos que têm se instaurado no Brasil, todavia, também apontam para a persistência de um cenário de intolerância religiosa, racismo, e proselitismo no ensino desta disciplina.

Discutir o respeito à diversidade religiosa nas salas de aula numa sociedade onde o preconceito e discriminação contra as religiões de matrizes africanas alcança o nível de uma prática racista sistemática não é uma tarefa que causa muito contentamento, pois o que percebemos é que o estabelecimento de um ambiente de respeito à diversidade religiosa em sala de aula, principalmente em relação às religiões afro-brasileiras, não existe nem projeto e termina sendo iniciativa de poucos professores que, via de regra, pouco capacitados para tal.

Mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003 sendo ratificada, posteriormente, pela Lei 11.645/2008, esta realidade não se alterou muito, pois uma lei, por melhor que seja, mas intenções, não tem força por ela mesma de mudar a realidade. É necessário o engajamento da sociedade para que a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana e o estudo das relações étnico-raciais propostos pela legislação se torne realidade.

A despeito dos esforços do movimento negro e de professores que incorporam a responsabilidade de implementar a lei mesmo diante de vários obstáculos que vão da falta de apoio didático à recusa de profissionais em participar desta empreitada, muito ainda precisa ser feito e grande parte da omissão cabe aos administradores dos sistemas de ensino que pouco fazem para que a lei seja implementada ou quando fazem a iniciativa está em proporção menor do que a necessidade.

Esta realidade de ausência de capacitação de professores para promover a diversidade religiosa, entre outros aspectos relacionados à lei 11.645, atinge em cheio as religiões afro-brasileiras que continuam sofrendo preconceitos e discriminações fruto, muito das vezes, de deturpações e manipulações negativas das suas práticas religiosas. A intolerância religiosa continua sendo a marca da nossa sociedade em

relação às religiões afro-brasileiras e muito pouco tem sido feito para reverter este quadro.

Um espaço privilegiado para que esta reversão ocorresse seria a escola se o ambiente escolar estivesse preparado para realizar esta tarefa. Porém como discutimos ao longo deste trabalho muito ainda tem que ser feito para que a realidade seja alcançada: a promoção de uma educação que habilite a sociedade a conviver e respeitar as diferenças religiosas e, principalmente, possibilitar ao praticante das religiões afro-brasileiras saírem das “trincheiras” de resistência à perseguição que sofrem historicamente.

Posso então afirmar depois de tudo que foi discutido e analisado nesta monografia, que a hipótese estabelecida – os professores da Rede Municipal de Ensino não estão preparados para proporcionar um ambiente de respeito religioso nas suas salas de aula principalmente no que se refere às religiões de matrizes africanas – foi confirmada, pois aos profissionais que foram entrevistados não faltou vontade, mas faltou uma condição essencial, a capacitação necessária para realização de tamanha empreitada.

Concluo este trabalho com um sentimento de tristeza, pois a confirmação da minha hipótese vai de encontro ao que gostaria de ver nas nossas escolas: o respeito à diversidade religiosa e às tradições religiosas afro-brasileiras. Porém, esta tristeza é um pouco abrandada quando penso que este limitado (para a dimensão do problema) trabalho possa contribuir um mínimo que seja para a superação desta realidade.

O preconceito em relação a essas religiões é também uma negação aos costumes, tradições, culinárias, língua e história de um povo. Pregar uma religião como única e verdadeira é sem dúvida um proselitismo que gera egoísmo, desumanidade, crueldade e falta de senso crítico. Somos um povo, somos todos passíveis de compreender a variedade religiosa de cada um. O que é necessário é que estejamos abertos ao outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BAKKE, Rachel R. B. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da lei 10.639.** 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro 2003.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação em terreiros - e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa.** São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala. II Tomo.** São Paulo. Edição José Olympio, 1966 BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações étnico-raciais.** São Paulo: Editora Ática, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso.** Estud. av., 2004, v.18, n.52, p.223-238.]

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo.**

e) Espiritismo.

f) Islamismo.

g) Judaísmo.

j) Umbanda.

k) Xintoísmo.

l) Zoroastrismo.

04- Em sua opinião deve haver ensino religioso nas escolas públicas?

() Sim

() Não

Se respondeu sim, qual deveria ser a orientação deste ensino?

a) Candomblecista

b) Católica.

c) Evangélica.

d) Espírita.

e) Laico.

f) Umbandista.

05- Você acredita que existe preconceito religioso em Acarape?

() Sim

() Não.

06- Você enxerga a discriminação religiosa como uma forma de racismo?

() Sim

() Não.

07- Se respondeu sim cite um exemplo que explique a sua resposta?

08- Se respondeu não justifique a sua resposta.

09- O que são religiões de matriz afro-brasileira?

10- Você participou de algum curso que a(o) capacitasse para o entendimento da Diversidade cultural existente na sociedade brasileira?

() Sim () Não.

11- Você se sente capaz de promover o respeito às religiões de matriz afro-brasileira na sua sala de aula?

() Sim () Não.

12- Se respondeu sim, de que forma faria isto?

13- Se respondeu não, o que impossibilita esta prática?

